

auc p 9-9 ABR 1987

ADUBOS 

LEGISLAÇÃO

Judicatos GAZETA MERCANTIL

Pazzianotto vai debater com a CUT mudanças na lei sindical

por **Thais Bastos**
 de Brasília

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, recebe na próxima segunda-feira o líder da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, para discutir as alterações que pretende fazer na legislação sobre organização sindical.

A notícia foi dada por Meneguelli, que adiantou levar ao ministro a proposta de que seja instituída na nova legislação um mecanismo de obrigatoriedade das empresas em recolher a contribuição sindical determinada em assembleia da categoria. "Isto representa a defesa do sindicato", afirmou. A CUT defende a extinção da contribuição sindical obrigatória, e um sistema de autonomia e liberdade sindical, segundo o qual cabe à assembleia definir o valor da contribuição anual do trabalhador. Meneguelli considera



Jair Meneguelli

que a mudança na legislação decorre da pressão do movimento sindical no País, "que ultrapassou os limites cerceadores da atual legislação".

REUNIÃO

A reunião entre a Central

Geral dos Trabalhadores (CGT), a CUT, a União Sindical Independente (USI) e as nove confederações, marcada para ontem, não aconteceu por falta de quorum. Cinco confederações (Comércio, Agricultura, Indústria, Comunicação e Publicidade e Empresas de Crédito) não compareceram, além da USI.

Segundo adiantou o presidente da Confederação dos Trabalhadores Marítimos, Aéreos e Fluviais, Aloysio Ribeiro, o encontro deveria analisar a possibilidade de realização de um protesto geral dos trabalhadores no próximo 1º de Maio. O adiamento da reunião para o próximo dia 22, no seu entender, levará o movimento sindical a passar o Dia do Trabalho "em brancas nuvens".

O líder da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, atribuiu a ausência das entidades a um fator temporal. "Elas devem ter tido com-

promissos de última hora", afirmou. A insatisfação dos presentes, no entanto, era geral; um presidente de confederação que preferiu não ser identificado disparava: "Roupa suja lava-se em casa, ou então não se faz movimento unitário". Ele referia-se às fortes divergências político-ideológicas existentes entre os líderes sindicais, atribuindo a elas o insucesso de organização da unidade no meio trabalhista.

Na opinião de outro dirigente, a possibilidade de diálogo com o governo, aberta no último sábado pelo presidente Sarney, também contribuiu para o arrefecimento do ânimo das lideranças sindicais. "Até prova em contrário, acreditamos na força do diálogo", disse Joaquim, enquanto Jair Meneguelli, reiterava sua fala de sábado: "O diálogo com o governo é apenas uma promessa, enquanto a mobilização dos trabalhadores pode e deve ser feita concretamente".

Walter Barelli, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), afirmou não ter recebido ainda qualquer chamado do Palácio do Planalto para discutir a viabilidade de participação do órgão na aferição de índices econômicos oficiais. "Até o momento, permanece a disposição manifestada pelo presidente Sarney na reunião de sábado", disse.

CONSTITUINTES

Sindicatos levam propostas

por **Thais Bastos**
 de Brasília

O movimento sindical já tem uma proposta a ser levada e debatida no Congresso Constituinte, que dispõe sobre os direitos dos trabalhadores. Reunidos no final de semana em Brasília, doze diretores técnicos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), deram forma final ao projeto a ser encaminhado num prazo não superior a trinta dias à comissão de ordem social, subcomissão de direitos dos trabalhadores. O anúncio foi feito ontem pelo diretor técnico do órgão em Brasília, Ulysses Riedel.

Ele afirmou que vários parlamentares participaram do encontro de fim de semana e manifestaram apoio ao projeto. "Levaremos nossa proposta com o referendo de cem constituintes", garantiu.

OS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Em seus 29 itens, a proposta começa por dizer que a Constituição estabelece os princípios básicos do

capítulo "independente de lei". Riedel explica afirmando que a Carta Magna não pode ser muito vaga sob pena de ser modificada inúmeras vezes pela legislação ordinária. A seguir determina que seja assegurado:

- Salário mínimo, nacionalmente unificado, a ser fixado pelo Congresso Nacional;
- Salário-família, à razão de 10% do salário mínimo;
- Salário de trabalho noturno superior ao diurno em pelo menos 50%;
- Direito ao décimo-terceiro salário;
- Participação direta nos lucros ou faturamento da empresa;
- Jornada de trabalho semanal de quarenta horas;
- Proibição de trabalho em atividades insalubres e perigosas;
- Proibição de qualquer trabalho a menores de catorze anos;
- Estabilidade desde a admissão no emprego. Salvo o cometimento de falta grave comprovada judicialmente e contratos a termo;

- Fundo de garantia do tempo de serviço;

- Reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva;

- Aposentadoria com remuneração igual à da atividade, aos trinta anos de trabalho para homem e aos 25 anos para a mulher;

- Greve, que não poderá sofrer restrições na legislação, sendo vedada às autoridades públicas, mesmo judiciárias, qualquer tipo de intervenção que possa limitar esse direito;

- Reajuste automático mensal de salários, remuneração, pensões e proventos de aposentadoria, pela variação do índice do custo de vida;

- Alimentação custeada pelo empregador, entre outros.

As propostas representam, segundo o advogado Ulysses Riedel, o anseio das classes trabalhadoras, na medida em que foram retiradas dos anais dos congressos trabalhistas de todas as categorias profissionais.